

Ainda sobre o iberismo em Oliveira Martins: leituras menores

Alice Giroto

Università Ca' Foscari Venezia, Italia

Abstract Oliveira Martins's Iberian thought, a fertile strand of his historiographical reflection, is considered the most tangible manifestation of the widespread Iberian attitude of the *Geração de 70*, mostly recognised in a work such as *História da civilização ibérica* (1879) and in various articles published in the (not only Portuguese) periodical press. This article focuses on three Oliveira Martin's texts, so far only mentioned but not analysed in detail by critics, which, at different moments in his intellectual trajectory, laid down or confirmed the foundations of his spiritual and cultural Iberism.

Keywords Geração de 70. Oliveira Martins. Cultural Iberism. Febo Moniz. Revista Ocidental. Cartas peninsulares.

Resumo 1 Introdução. – 2 Iberismo no «livro da mocidade»? – 3 Intertextualidades nas «causas da decadência dos povos peninsulares». – 4 Iberismo cultural nas cartas póstumas. – 5 Conclusões.

1 Introdução

O meu [iberismo] foi, é e será sempre, *usque ad mortem*, o que está nos meus livros. (Oliveira Martins, *Carta a Sánchez Moguel*, 1894)

Qual o interesse, hoje, em apresentar, num volume dedicado aos «iberismos», mais um ensaio sobre o iberismo em Oliveira Martins? A pergunta impõe-se como necessária, e não só pertinente, considerando

o estado da arte tanto dos Estudos Ibéricos, por um lado, quanto dos estudos da obra do historiador português em relação a este conceito, por outro. No que se refere aos primeiros, não há qualquer sombra de dúvida de que Oliveira Martins pertence aos ‘grandes nomes’ dum ‘cânone ibérico’ estabelecido, em virtude do seu reconhecido iberismo espiritual e cultural, historiográfica, panfletária e (em menor medida) literariamente atuante naquele «momento de los iberismos históricos [...] a finales del siglo XIX» indicado por Pérez Isasi (2021b, 34)¹ como um dos dois períodos centrais ou ‘momentos áureos’ em que esse campo de estudos se tem focado. Se porém, conforme argumenta o comparatista espanhol, tal foco demonstraria um excesso de inércia dos Estudos Ibéricos que seria proveitoso ultrapassar,² Rina Simón (2020, 451), por sua parte, evidencia como tenha sido a própria renovação por eles trazida a permitir, na última década, o aprofundamento do sentido do próprio termo ‘iberismo’ na sua aceção histórica, que hoje em dia já não se limita ao de projeto de união económico-política das duas entidades estaduais da península ibérica, mas sim é entendido como «un mecanismo de regeneración de las culturas políticas peninsulares, principalmente en el siglo XIX».

No que se refere, mais especificamente, aos estudos sobre o iberismo na obra de Joaquim Pedro de Oliveira Martins (1845-1894), estes remontam pelo menos à introdução da terceira edição, em 1952, do seu romance juvenil *Febo Moniz* (1867), assinada pelo sobrinho Francisco de Assis de Oliveira Martins, aquando da edição da obra completa do autor pelos editores Guimarães na década de 50. Um hiato de mais do que cinquenta anos separa este excuro do de Magalhães (2007), que considera o iberismo de Oliveira Martins como sendo o mais concreto dentro da generalizada atitude ibérica manifestada pela Geração de 70,³ devido ao conhecimento de primeira mão da realidade espanhola que os anos de vivência no país vizinho lhe proporcionaram. Do mesmo ano dessa panorâmica é a primeira abordagem de Matos (2007) ao tema, num artigo mais abrangente sobre os «Conceitos de iberismo em Portugal», seguida por outras de entre as quais destaco aqui mais duas: o extenso e aprofundado estudo preliminar à mais recente tradução espanhola de *História da civilização ibérica* (1879), saída em 2009 por Uργοiti Editores,⁴ e as

1 A este propósito, ver também Pérez Isasi 2021a, 42.

2 Nisto ecoando, de certa forma, algumas das críticas acarretadas também por Casas (2019).

3 Acerca do iberismo na Geração de 70, ver também Rina (2016, 219-23).

4 Alguns aspetos da receção espanhola de *História da civilização ibérica* já foram apontados por Lourenço (1999) numa comunicação no Congresso Internacional Oliveira Martins, realizado na Universidade de Coimbra no centenário da morte do autor.

páginas dedicadas a Oliveira Martins no seu ensaio de 2017 *Iberismos. Nação e transnação, Portugal e Espanha (c.1807-c.1931)*.⁵

Consideradas estas premissas, na minha análise (textual e intertextual) debruçar-me-ei sobre as obras do historiador português que, em relação ao iberismo, até agora têm merecido menor atenção por parte da crítica, de forma a ressaltar a importância também delas na definição da sua trajetória iberista. Trata-se, nomeadamente, do romance dos vinte anos *Febo Moniz*, da introdução ao primeiro número da *Revista Ocidental* (1875) e da obra póstuma *Cartas peninsulares* (1895), a cada uma das quais serão dedicados os parágrafos que se seguem.

2 Iberismo no «livro da mocidade»?

Se o primeiro esboço biográfico, redigido pelo amado irmão Guilherme poucos meses depois da morte de Joaquim Pedro, aponta o aparecimento do romance histórico *Febo Moniz* como sendo uma manifestação ‘bem esboçada’ da vocação literária de Oliveira Martins e menciona só laconicamente a decisão do autor de retirá-lo do mercado numa época sucessiva, já a primeira biografia sobre ele, publicada em 1986 por mão do sobrinho-bisneto Guilherme d’Oliveira Martins, indica na fraqueza formal e na falta de clareza na mensagem de fundo as razões que o levaram a não ser bem recebido. Matos (2009, XIV) fala dum romance cujo núcleo é constituído por «el problema de las relaciones entre Portugal y España» e cujo tema «se inscribía en el contexto de la llamada ‘cuestión ibérica’», mencionando também a renegação da sua obra de estreia por parte do autor.

Em *Febo Moniz*, o iberismo de Oliveira Martins, entendido no sentido de Matos (2007)⁶ e Magalhães (2007),⁷ esconde-se nas entrelinhas numa escolha narrativa – determinada pelas perturbações do presente da escrita, que ameaçavam uma nova invasão de Portugal por parte da Espanha sob a égide da potência francesa – que, por si só, deixaria entender uma atitude oposta. De facto, objeto dos comentários neste sentido tem sido sobretudo a nota final (F. de A. Martins 1952; Matos 2017), onde se tornam claros tanto o sentido contem-

⁵ Para uma bibliografia mais abrangente da crítica também em língua espanhola sobre este assunto, ver Matos 2009, LXXXIII-LXXXVI.

⁶ «[Aliança] entre os estados peninsulares» (Matos 2007, 170) e o destaque dado às «relações com o todo peninsular» (174) para entender a história nacional.

⁷ «[Viaja-se a Espanha para entender Portugal. [...] Conhecer a Espanha acaba assim por ser uma forma de reconhecer Portugal. Este aspecto é um dos mais complexos do iberismo do autor de *Portugal contemporâneo*: na verdade, para ele, a vivência ibérica era uma outra forma, mais profunda, mais completa, de reviver a própria nacionalidade» (Magalhães 2007, 170).

porâneo da resistência e oposição às pretensões centralizadoras do país vizinho, encarnadas pelo protagonista epónimo, quanto o auspício duma federação dos povos ibéricos no futuro:

Para nós, que escrevemos o livro que finda aqui, é de crença a utilidade e, mais ainda, a fatalidade da união dos iberos num período mais ou menos remoto. (J.P. Martins 1952b, 272)

O texto do romance não deixa, porém, entender tal auspício. A personagem de Febo Moniz, o procurador da cidade de Lisboa, representante do 'braço popular', que nas Cortes de 1580 se opôs contra a aclamação de Filipe II de Espanha como Rei de Portugal, e a história que se desenvolve na época da crise de sucessão que antecedeu a União Ibérica, sugerem mais as inclinações patrióticas de Oliveira Martins do que a expressão de algum iberismo. Nem os atributos com quem a única personagem castelhana é descrita - «corrupto e devasso [...] fanfarrão e petulante» (14) -, nem as apreciações proferidas pelos demais personagens e figurantes portugueses - «o povo de Lisboa odeia os castelhanos e os repele» (125) -, nem, por fim, parte do enredo que vê a filha maior de Febo Moniz desgraçada pela sua paixão pelo castelhano D. Alonso, desmentem esse patriotismo opositivo (e portanto negativo).

Neste sentido têm que ser interpretadas também as hipóteses da outra filha de Febo Moniz, acerca do que a nação, por um lado, e a família deles, por outro, estavam a sofrer:

Sabe se os castelhanos não são simplesmente um instrumento nas mãos da Providência? Sabe se o que sofremos agora não é castigo do que fizemos? O que dirão de nós aquelas pobres gentes das Índias, a quem fizemos tanto estrago? (135)

Descortina-se, aqui, a ligação causal instituída embrionariamente entre a fase das chamadas descobertas e a sucessiva queda de Portugal na sua razão de existir como nação independente. É o nó histórico que será desenvolvido por Oliveira Martins nas suas obras posteriores, sobretudo na *História de Portugal* (1879), onde sublinhará o papel 'criador' da dinastia de Avis e a crise irrecuperável em que a sua extinção deitou a nação:

É [...] a consciência [da sua existência colectiva] que dá porém o carácter eminente à segunda dinastia, ou de Aviz, em cujas mãos Portugal desempenha um papel bem semelhante ao dos fenícios da Antiguidade. Como aos fenícios sucedeu aos portugueses: no momento em que a razão de ser da sua acção na civilização da Europa desapareceu, a nação definiu-se, sumiu-se, perdendo tudo até perder a independência. (Martins 1951, 1, 35)

O que também um romance tão pouco ‘iberista’ como *Febo Moniz* deixa, porém, claro desde o início, é a importância das relações peninsulares (que hoje poderíamos chamar, anacronicamente, de ‘geopolíticas’) para a compreensão da história nacional. Tão claro que a litótica afirmação com que o autor expressa, no primeiro capítulo, a crise da existência de Portugal como nação autónoma e independente, não pode dar-se de outra forma que por justaposição e implícita comparação com a coeva situação da Espanha:

A Espanha de João I não era a que Carlos V deixara por sua morte; o Portugal do Mestre de Avis era outro, muito outro, outro em tudo, do Portugal de 1580. (J.P. Martins 1952b, 15)

Em *Febo Moniz*, portanto, apesar da sua posterior rejeição, encontram-se *in nuce* os principais traços caracterizadores do iberismo de Oliveira Martins: a sua forte carga e declinação nacional, quase uma «estratégia ibérico-nacionalista» em que a «portugalidade é [...] uma das conjugações da peninsularidade» (Magalhães 2007, 170-1); o seu foco no papel da dinastia de Avis como emblema da conservação da independência nacional dentro duma política de cooperação diplomática, ou seja daquela «união de pensamento e ação, independência de governo» posteriormente⁸ entendida como «fórmula actual, sensata e prática do Iberismo» (Martins 1960, 228);⁹ a imprescindibilidade, considerado isso tudo, da referência à mais ampla situação peninsular para entender os desenvolvimentos da nacional.

3 Intertextualidades nas «causas da decadência dos povos peninsulares»

É na *História da civilização ibérica* onde Oliveira Martins põe em prática de forma sistemática o método da observação conjunta das trajetórias históricas das várias sociedades que se estabeleceram na península ibérica, desde os cartagineses até ao século XIX – o que a torna «la primera –y hasta hoy única– tentativa de una historia general integrada de la Península ibérica» (Matos 2009, XI).¹⁰ Mas os

⁸ As palavras aqui citadas, de facto, encontram-se no artigo «Iberismo», aparecido no jornal *O País* em 1889. Um inventário, ainda que provisório, das intervenções soltas do autor sobre o tema saídas na imprensa periódica foi esboçado em apêndice.

⁹ Matos (2017, 200), no seu comentário à *História da civilização ibérica*, sintetiza esse traço nos seguintes termos: «Unidade de civilização e diversidade nacional continuam a ser uma chave explicativa da perspetiva peninsular integrada de Oliveira Martins».

¹⁰ Esta primazia era bem reconhecida já pelos contemporâneos, como atesta a dedicatória feita ao autor por Frederico Dinis de Ayala ao oferecer-lhe um exemplar do

pródromos desta abordagem e da subsequente análise têm que ser detetados num texto publicado uns anos antes, como introdução, e de alguma forma mote, ao primeiro número da *Revista Ocidental*: «Os povos peninsulares e a civilização moderna».

A génese da revista remonta idealmente à época de preparação das Conferências Democráticas, em finais de 1870 (Martinho 1992, 43-4), e delas tem o mesmo espírito: «[havia] que continuar o combate social e político» travado nos meses de maio e junho de 1871 no Casino Lisbonense, e esse «deveria assumir uma dimensão ibérica» (Martins 2020, 111). Não surpreende, portanto, que o texto inaugural, embora publicado quase quatro anos depois,¹¹ retome (e amplie) as questões levantadas pela mais conhecida das conferências, a celeberrima «Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos» proferida por Antero de Quental.

O propósito é logo explicitado e explica, pelo menos parcialmente, o título do artigo-manifesto: trata-se de intervir no debate contemporâneo europeu, de tomar parte no desenvolvimento da «civilização moderna» representando o «génio» dos «povos peninsulares».

Em que consiste, porém, o génio peninsular ibérico? Qual é o modo *nosso* pelo qual, hispano-portugueses, havemos de contribuir, na Europa e na América, para o depósito comum da civilização do género humano [...]? (Martins 1875, 5)

A definição do ‘génio’ – palavra-sintoma da herança romântica da Geração de 70 – que caracteriza coletivamente os povos que, nas sucessivas épocas da história, viveram na Península Ibérica, importava tanto a Antero quanto a Oliveira Martins. Os dois convergem no espírito, ou sentimento, de independência – patente já em relação à primeira força centralizadora a nível político com que esses povos se confrontaram, ou seja Roma – enquanto divergem no segundo carácter: se para Antero é a «originalidade de génio inventivo» (Quental 2008, 38), para Oliveira Martins (1875, 7) é o heroísmo «o traço elementar orgânico do génio peninsular». E faz todo o sentido que assim seja, porque, se é da aliança dos dois caracteres que os dois autores determinam descender a importância do papel histórico da península na Idade Média e no primeiro período da Renascença, é do heroísmo que, segundo o historiador, procedem as causas da sua decadência nos séculos seguintes, ao passo que Antero não as liga ao ‘génio’,

seu *Goa antiga e moderna* (1888): «ao primeiro historiador da Península» (Albuquerque, Martins 2009, 90).

11 Martinho (1992) e Martins (2020) reconstróem as inúmeras peripécias que se interpueram entre a ideia germinal e a realização concreta da revista, que aliás teve curta vida.

mas sim a ‘fenómenos novos’ do período de transição à modernidade que dariam depois lugar, isso sim, ao «verdadeiro» caráter das sociedades na nova época.

Outra divergência significativa dá-se no número das causas. Antero, neste ponto, é cristalino:

Ora esses fenômenos capitais são três, e de três espécies: um moral, outro político, outro económico. O primeiro é a transformação do *Catolicismo*, pelo Concílio de Trento. O segundo, o estabelecimento do *Absolutismo*, pela ruína das liberdades locais. O terceiro, o desenvolvimento das *Conquistas* longínquas. (Quental 2008, 54-5)

Oliveira Martins reduz a duas as causas do «delírio de loucura religiosa», do «abismo de protérvia política», da «dissolução moral» e da «anemia que tem vindo arrastando» a Península «até ao século XIX», expressas nos seguintes termos:

a Espanha [...] tirava as últimas consequências ao princípio da Cruz onde colocara a sua *empresa*, e à ideia do *imperador*, que fora quem organizara nos municípios, o terceiro-estado. (Martins 1875, 9-10)

Esta formulação um tanto nebulosa encontra nas linhas imediatamente sucessivas a sua explicação. Com efeito, foi a interpretação fanática do mesmo sentimento religioso que libertara a península (e a Europa toda) do domínio árabe, adotada como outrora pelo poder político, a determinar-lhe a ruína:

O sentimento que defendera a Europa dos árabes, é o mesmo que leva Domingos de Gusmão a queimar os albigenses, Ignacio de Loyola a fundar a companhia, D. Manuel e D. João III a massacrar os judeus, Santa Teresa a delirir [sic] com Jesus, D. Sebastião a enterrar-se em África, Filipe II à loucura da *grande-armada* e Carlos V a esmagar os Países Baixos e a decretar o concílio de Trento. (10)

Como já foi dito, estas considerações, exprimidas em «Os povos peninsulares e a civilização moderna» de forma panfletária, serão mais amplamente desenvolvidas e devidamente fundamentadas uns anos mais tarde, na análise histórica da *História da civilização ibérica*, em particular no capítulo que leva o mesmo título de «Causas da decadência dos povos peninsulares». Aqui, Oliveira Martins realça mais uma vez o heroísmo, que já fora razão de divergência em relação à conferência de Antero de Quental, esclarecendo como foi a sua exaltação, exasperação e derradeira «perversão», conseqüentes à «grande obra» das «descobertas», a determinar a inaptidão da península

para com o espírito moderno.¹² Disto se pode inferir, aliás, que, sem o tornar explícito como o amigo, também o historiador reconhece o valor causal da descoberta dos «mundos ignotos» relativamente ao «desvairamento peninsular» (Martins 1954a, 269) – examinando e até exaltando, porém, também o papel de progresso civilizacional representado pelas descobertas. Tendo em conta isto, não estranha, então, que, na definição do lugar precípua dos povos peninsulares na vida moderna, Oliveira Martins (1875, 20) tivesse incluído também os povos «filhos», contendo todos na definição de «hispano-portugueses da Europa e da América». Esta ideia será retomada quase vinte anos depois, no artigo «A liga ibérica» (1892),¹³ demonstrando mais uma vez uma constante da escrita martiniana, ou seja, o seu proceder por sucessivas ampliações de núcleos de ideias já presentes em textos anteriores do autor.

4 Iberismo cultural nas cartas póstumas

O último ato acabado da vida intelectual de Oliveira Martins (e um dos últimos da sua vida física) foi uma viagem a Espanha – ou melhor, a Castela – de 5 a 23 de junho de 1894, com etapas em Salamanca, Zamora, Toro e Medina del Campo. Apesar dum estado de saúde deplorável, na origem da viagem estava a sua incansável atividade de estudioso, por um lado, e de publicista, por outro: o historiador visava a «aquisição de materiais para o seu livro» sobre D. João II, continuação da série de biografias sobre a dinastia de Avis,¹⁴ *Os filhos de D. João I* (1891) e *A vida de Nun'Álvares* (1893); mas também de «assuntos para artigos a publicar no *Jornal do Comércio*» (G. Martins 1952, 110-11). Viria a morrer apenas dois meses depois, a 24 de agosto, deixando inacabado o projeto do livro *O príncipe perfeito*; os doze artigos sobre a viagem que chegaram a ser publicados no jornal do Rio de Janeiro foram postumamente recolhidos pelo irmão do autor no volume *Cartas peninsulares* (1895).¹⁵

¹² A este propósito, veja-se Matos 2017, 197: «Oliveira Martins distanciava-se a este respeito claramente dos historiadores liberais (e até do seu amigo Antero de Quental) que, numa lógica causalista, estavam sobretudo empenhados em identificar os responsáveis do declínio, entre eles, a Inquisição e a Companhia de Jesus, consideradas instituições estrangeiras, exteriores à nação»; e também Ragusa 2014, XVIII: «Oliveira Martins [...] contestò al discorso dell'amico la condanna dell'eroismo' delle conquiste, criticando il modello di progresso anglosassone implicitamente proposto tramite la conferenza».

¹³ Neste artigo Oliveira Martins aprofunda outra vertente da sua perspetiva ibérica, ou seja a função «de resistência à hegemonia anglo-saxónica» (Matos 2017, 171), que já era enunciada na introdução à *Revista Ocidental*.

¹⁴ Ou, como ele próprio a chamou, «História do tempo de Aviz» (Martins 1955, 10).

¹⁵ Na edição de 1952 pelos editores Guimarães, depois das doze cartas de 1894 foi acrescentada também uma «Carta de Évora na feira de S. João» escrita em 1887.

Mesmo que inconcluso, o projeto, de que as *Cartas peninsulares* constituem como que um diário de escrita, ia concluir o percurso começado, havia quase trinta anos, com o *Febo Moniz*, ao encerrar-se naquele mesmo ano de 1580.¹⁶ Iam também encontrar confirmação, mais uma vez, as tendências mais distintivas do interesse histórico de Oliveira Martins e do seu iberismo: a dinastia de Avis no centro do palco; os desenvolvimentos da história peninsular como cenário, indispensável para situar as suas ações e as entender. O primeiro capítulo de *O príncipe perfeito*, sobre a batalha de Toro, e o plano geral da obra, organizados por Henrique de Barros Gomes na edição póstuma (1896), comprovam-no - da mesma forma que o faz o *incipit* da primeira carta:

Saí de Lisboa com o propósito de visitar algumas povoações castelhanas da fronteira de leste, nessa zona chamada *terra de Campos*, e que tão intimamente está ligada à história nacional portuguesa desde os seus primórdios até às guerras do princípio do século. (J.P. Martins 1952a, 123)

As considerações históricas sobre a batalha de Toro encontram-se nas cartas X e XI, bem como, na carta VII, outras sobre «a fundação e independência de um novo reino», o «condado de Portugal» (191), no contexto das façanhas dos senhores de Zamora durante a Reconquista. Sendo, porém, as *Cartas peninsulares* verdadeira literatura de viagem, o proceder rigoroso, por mais que cativante, do historiador, deixa aqui o passo a descrições ambientais muito mais amplas, não só pitorescas de paisagens naturais, mas também pormenorizadas dos monumentos e das obras de arte com que o viajante Oliveira Martins se deparou no seu percurso, à maneira dum Taine e da sua filosofia da arte.¹⁷ E estas descrições nada mais são do que os trechos mais interessantes do seu iberismo cultural, entendido como «o propósito de aproximação entre as tão diversas culturas ibéricas» (Matos 2007, 170).

Sobressaem, entre tais trechos, os dedicados ao estilo plateresco, nas cartas III e IV sobre a Sé Velha de Salamanca, e ao paralelismo com o coevo estilo manuelino:

O *plateresco* e o *manuelino* não são propriamente um estilo arquitectónico [...]. São estilos de ornamentação: ourivesaria em pedra,

¹⁶ Como descrito na «Advertência» de *A vida de Nun'Álvares*, ao livro sobre D. João II seguir-se-iam, segundo o projeto de Oliveira Martins, a biografia de Afonso de Albuquerque e um estudo sobre a figura de D. Sebastião.

¹⁷ Obras de Hippolyte Taine constam no catálogo da biblioteca de Oliveira Martins. Para além disto, nesses pontos o estilo das cartas ecoa o de Antero de Quental em *Veneza* (1881).

análoga à dos escultores em madeira, ou dos ferreiros [...]. (J.P. Martins 1952a, 149)

Nesta espécie de ‘irmandade’ arquitetónica e da ornamentação, os artistas davam expressão ao «cúmulo da glória e da fortuna», à «apoteose» (148) de finais do século XV e começos do XVI – a época das descobertas dos ‘novos mundos’ e do auge da potência dos dois reinos ibéricos na Europa. «Irmandade» é, aliás, a palavra usada por Oliveira Martins na carta VIII ao apreciar, no letreiro «*Calle de la Rua*», o rasto duma antiga «língua comum» entre leoneses, portugueses e galegos:

Então uma irmandade de fala vinculava num laço igual os povos do ocidente e do noroeste da Península, metade da Espanha [...]. (205)

Nos dois casos, a observação da língua e das expressões da cultura do país vizinho é sempre motivo para inserir no quadro de conjunto a perspetiva portuguesa. No que diz respeito aos géneros arquitetónicos,

mais ainda se distingue [...] o tipo *manuelino*, onde predominam os motivos marítimos na ornamentação, e a fantasia dos artistas mistura os tipos do velho mundo, os dos novos mundos descobertos, mais a sua flora e a sua fauna. Nestes termos, parece-me, se deve colocar a questão da originalidade do *manuelino* português. (150)

Por sua parte, a língua comum «perdida» da parte noroeste da península ibérica

ficou sendo o dialecto provincial da Galiza, e, transformada principalmente nos séculos XV e XVI entre nós, chama-se hoje o português. (205)

O que estas linhas – que são entre as últimas escritas por Oliveira Martins – confirmam, é a sua fidelidade até à morte (é mesmo o caso de o dizer)¹⁸ à conjugação de um patriotismo ‘ideal’, hispânico, com um patriotismo ‘real’, português (F. de A. Martins 1952, XLVI).

18 Mesmo tendo em conta a evolução do seu pensamento a este respeito, que a uma primeira fase de crença na oportunidade duma federação ibérica (até meados dos anos 70) vê seguir uma fase contrária de rejeição desta opção. Ver Maurício 2005, 85; Matos 2007, 174.

5 Conclusões

O que o meu artigo visava demonstrar, através da análise textual e intertextual, era a importância de considerar algumas obras ‘menores’ de Oliveira Martins para apreciar de forma exaustiva a trajetória do seu pensamento iberista, até agora examinado pela crítica, na maioria dos casos, através dos seus artigos de intervenção política publicados na imprensa periódica e na sua manifestação na *História da civilização ibérica*. De facto, os caracteres preponderantes do iberismo do historiador – ou seja a necessidade dum olhar de conjunto peninsular para uma mais clara compreensão do destino histórico nacional de Portugal e a centralidade da dinastia de Avis como emblema da ‘independência na cooperação’ – não podem ser plenamente entendidos ignorando que a sua génese se encontra na representação, ainda que um tanto imatura e indireta, que deles é feita no romance juvenil *Febo Moniz*, o qual não por acaso foi escolhido como ponto de partida da análise. O apreço do texto introdutório da *Revista Ocidental* fixa o ponto mediano da trajetória, evidenciando de forma concreta tanto a sua colocação no contexto do mais generalizado iberismo da Geração de 70 quanto o seu papel de primeiro ‘manifesto’ de ideias desenvolvidas em obras posteriores e de maior fôlego.

Fecham o corpus as *Cartas peninsulares*, que tornam mais patente a vertente cultural, e não apenas histórica, do iberismo de Oliveira Martins e permitem confirmar uma vez mais, abordando a sua expressão numa obra que, de maneira geral, fica na margem dos estudos sobre o autor, como este foi um traço realmente distintivo do seu pensamento, dada a sua abrangência não só cronológica – presente desde o primeiro até aos derradeiros textos escritos por ele –, como também disciplinar – esboçando, aqui, em mais uma prova do seu ecletismo intelectual, avaliações de cunho artístico e linguístico declinadas no género das crónicas de viagem. E será talvez nesta última vertente, menos política e mais artístico-cultural, que o estudo mais aprofundado desta e de outras obras de Oliveira Martins possa ainda revelar-se proveitoso no sentido de restituir-nos, e oxalá ensinar-nos, o seu tão agudo olhar de conjunto sobre a península ibérica, capaz de iluminar alianças, diálogos e semelhanças até agora inesperados e inexplorados.

Apêndice

Artigos de Oliveira Martins sobre o ‘iberismo’ na imprensa periódica

Data de publicação	Título do artigo	Jornal / Revista	Páginas
1869 (19, 21, 22, 24 e 25 de setembro)	«Do princípio federativo e sua aplicação à Península Hispânica»	<i>Jornal do Comércio</i> (Lisboa), A. 16, n.s. 5250, 5252, 5253, 5255, 5256	s. p. ¹
1870 (s.d.)	«República ou iberismo»	<i>A República. Jornal da Democracia Portuguesa</i> , n.º 6	1-3
1875 (15 de fevereiro)	«Os povos peninsulares e a civilização moderna»	<i>Revista Ocidental</i> , A. 1, t. 1, fasc. 1	5-24
1885 (7 de setembro)	«A Espanha, a guerra e nós»	<i>A Província</i> , A. 1, n.º 106	s.p.
1888 (31 de janeiro) ²	«Espanha e Portugal»	<i>Repórter</i> , A. 1, n.º 31	s.p.
1888 (8 de março)	«Portugal e Espanha»	<i>Repórter</i> , A. 1, n.º 68	s.p.
1888 (20 de junho)	«Portugal e o federalismo espanhol»	<i>Repórter</i> , A. 1, n.º 172	s.p.
1889 (s.d.)	«Iberismo»	<i>O País</i>	s.p.
1890 (25 de janeiro)	«Alianças»	<i>O Tempo</i> , A. 2, n.º 371	s.p.
1892 (8 de novembro)	«A liga ibérica»	<i>La Ilustración Española y Americana</i> , n.º XLI	310

1 Onde não há indicação das páginas, das datas certas de publicação ou do número de série do jornal ou da revista, significa que não foi possível reconstruir tais dados a partir da consulta das fontes no Fundo Geral Jornais da Biblioteca Nacional de Portugal.

2 Sob o mesmo rótulo de «Espanha e Portugal», no volume *Dispersos* (1923) editado por António Sérgio são coligidos, sem indicação do respetivo título, este artigo e o seguinte nesta lista, mais um terceiro, cuja data de publicação no *Repórter* é erradamente atribuída como sendo 27 de fevereiro de 1882. Trata-se de «País produtor e independente, não país de passagem politicamente condenado», de 27 de fevereiro de 1888.

Bibliografia

- Albuquerque, M. de; Martins, P.M. Fernandes (orgs) (2009). *A biblioteca de Oliveira Martins*. Lisboa: Guimarães.
- Casas, A. (2019). «Iberismos, comparatismos y estudios ibéricos. ¿Por qué, desde dónde, cómo y para qué?». Martínez Tejero, C.; Pérez Isasi, S. (eds), *Perspectivas críticas sobre os estudos ibéricos*. Venezia: Edizioni Ca' Foscari, 23-56. Biblioteca di *Rassegna iberistica* 16. <https://doi.org/10.30687/978-88-6969-323-6/001>.
- Lourenço, A.A. (1999). «História da civilização ibérica. Alguns aspectos da recepção espanhola». *Revista da Universidade de Coimbra*, 38, 175-84.
- Magalhães, G. (2007). «A atitude ibérica da Geração de 70». *Península. Revista de Estudos Ibéricos*, 4, 157-75.
- Marinho, M.J. (1992). «A Revista Ocidental, 1875. Um projeto da Geração de 70». *Revista da Biblioteca Nacional*, 7(1), 43-74.
- Martins, F. de A. de Oliveira (1952). «O iberismo de Oliveira Martins». Martins, J.P. de Oliveira, *Febo Moniz. Romance histórico português do século XVI*. Lisboa: Guimarães, VII-XLVIII.
- Martins, G. d'Oliveira (1986). *Oliveira Martins. Uma biografia*. Lisboa: INCM.
- Martins, G. d'Oliveira (2020). «O projeto da 'Revista Ocidental'. Três cartas inéditas de Oliveira Martins a Batalha Reis». *Colóquio/Letras*, 204, 111-29.
- Martins, G. de Oliveira [1895] (1952). «Esboço biográfico». Martins, J.P. de Oliveira, *Cartas peninsulares*. Lisboa: Guimarães, 9-117.
- Martins, J.P. de Oliveira (1875). «Os povos peninsulares e a civilização moderna». *Revista Ocidental*, 1(1), 5-24.
- Martins, J.P. de Oliveira (1923). *Dispersos. Artigos políticos, económicos, filosóficos, históricos e críticos*, vol. 1. Editado por A. Sérgio. Lisboa: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional.
- Martins, J.P. de Oliveira [1879] (1951). *História de Portugal*. 2 vols. Lisboa: Guimarães.
- Martins, J.P. de Oliveira [1895] (1952a). *Cartas peninsulares*. Lisboa: Guimarães
- Martins, J.P. de Oliveira [1867] (1952b). *Febo Moniz. Romance histórico português do século XVI*. Lisboa: Guimarães.
- Martins, J.P. de Oliveira [1879] (1954a). *História da civilização ibérica*. Lisboa: Guimarães.
- Martins, J.P. de Oliveira [1896] (1954b). *O príncipe perfeito*. Lisboa: Guimarães.
- Martins, J.P. de Oliveira [1893] (1955). *A vida de Nun'Álvares*. Lisboa: Guimarães.
- Martins, J.P. de Oliveira (1957a). *O Repórter*. 2 vols. Lisboa: Guimarães.
- Martins, J.P. de Oliveira (1957b). *Política e história*. 2 vols. Lisboa: Guimarães.
- Martins, J.P. de Oliveira (1958). *A Província*. 5 vols. Lisboa: Guimarães.
- Martins, J.P. de Oliveira (1960). *Jornal*. Lisboa: Guimarães.
- Matos, S. Campos (2007). «Conceitos de iberismo em Portugal». *Revista de História das Ideias*, 28, 169-93. https://doi.org/10.14195/2183-8925_28_8.
- Matos, S. Campos (2009). «Una perspectiva peninsular y transnacional sobre España y Portugal». Oliveira Martins, J.P. de, *Historia de la civilización ibérica*. Pamplona: Ugoiti Editores, IX-XC.
- Matos, S. Campos (2017). *Iberismos. Nação e transnação, Portugal e Espanha (c.1807-c.1931)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. <https://doi.org/10.14195/978-989-26-1368-0>.

- Maurício, C. (2005). *A invenção de Oliveira Martins: política, historiografia e identidade nacional no Portugal contemporâneo (1867-1960)*. Lisboa: INCM.
- Pérez Isasi, S. (2021a). «Gli Studi Iberici: passato, presente, futuro». Corsi, D.; Nadal Pasqual, C. (a cura di), *Studi Iberici. Dialoghi dall'Italia*. Venezia: Edizioni Ca' Foscari, 17-50. Biblioteca di *Rassegna iberistica* 22. <http://doi.org/10.30687/978-88-6969-505-6/001>.
- Pérez Isasi, S. (2021b). «Luces y sombras en los Estudios Ibéricos. Un estado de la cuestión diez años después». *Revista de Estudos Literários*, 11, 19-46. https://doi.org/10.14195/2183-847X_11_1.
- Quental, A. de [1871] (2008). *Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos*. Lisboa: Tinta-da-China.
- Quental, A. de [1881] (2015). *Veneza*. Organização, introdução e notas de A. Ragusa. Lisboa: Pianola.
- Ragusa, A. (2014). «Il manifesto di un 'piccolo Lassalle'». Quental, A. de, *Cause della decadenza dei popoli peninsulari negli ultimi tre secoli*. A cura di A. Ragusa. Perugia: Edizioni dell'Urogallo, V-XXXII.
- Rina Simón, C. (2016). *Iberismos. Expectativas peninsulares en el siglo XIX*. Madrid: Funcas.
- Rina Simón, C. (2020). «*Iberian Studies*. La fertilidad de un campo de estudio y sus aportaciones a los debates identitarios peninsulares». *Rassegna iberistica*, 43(114), 449-54. <http://doi.org/10.30687/Ri/2037-6588/2020/114/013>.